



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 517/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e estabelece instrumentos para preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. (Publicada em 02/09/1981).
- Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e estabelece a água como bem de domínio público e recurso natural limitado, disciplinando sua gestão integrada. (Publicada em 09/01/1997).
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, incluindo planejamento urbano sustentável, controle da ocupação do solo e proteção ambiental. (Publicada em 11/07/2001).
- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, incluindo os serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. (Publicada em 08/01/2007).
- Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabelecendo princípios, objetivos e instrumentos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. (Publicada em 30/12/2009).
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, define Áreas de Preservação Permanente (APPs), incluindo margens de cursos d'água, nascentes e áreas relevantes para drenagem natural. (Publicada em 28/05/2012).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico, alterando a Lei nº 11.445/2007 e reforçando a gestão integrada da drenagem urbana e das águas pluviais. (Publicada em 16/07/2020)
- Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. (Publicada em 31/12/1991).
- Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), definindo diretrizes para mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. (Publicada em 10/11/2009).
- Lei Estadual nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e reforça a gestão de riscos hídricos e ambientais relacionados aos recursos hídricos. (Publicada em 15/12/2016).
- Lei Estadual nº 17.353, de 12 de maio de 2021, que estabelece objetivos para a adaptação às mudanças climáticas e a resiliência ambiental no Estado de São Paulo, fortalecendo ações de planejamento urbano sustentável e prevenção de eventos climáticos extremos. (Publicada em 13/05/2021).
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo, estabelecendo ações de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, promoção da sustentabilidade urbana e melhoria da qualidade ambiental. (Publicada em 06/06/2009).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, definindo diretrizes para drenagem urbana, infraestrutura verde, proteção ambiental, resiliência climática e ordenamento territorial. (Publicada em 01/08/2014).
 - Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de São Paulo, estabelecendo parâmetros urbanísticos voltados à permeabilidade do solo, áreas verdes e qualificação ambiental urbana. (Publicada em 23/03/2016).
 - Lei Municipal nº 17.975, de 8 de julho de 2023, que revisa o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, fortalecendo diretrizes relacionadas à adaptação climática, infraestrutura verde, drenagem urbana sustentável e resiliência territorial. (Publicada em 08/07/2023).
 - Decreto Municipal nº 60.289, de 30 de junho de 2021, que institui o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PlanClima SP, estabelecendo metas e estratégias de adaptação climática, ampliação da infraestrutura verde e redução dos impactos de eventos extremos. (Publicado em 01/07/2021).
 - Lei Municipal nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o combate às enchentes e medidas relacionadas à manutenção da drenagem urbana e manejo adequado das águas pluviais no Município de São Paulo. (Publicada em 10/09/2011).
 - Lei Municipal nº 15.572, de 9 de maio de 2012, que determina a adoção dos critérios socioambientais que especifica no desenvolvimento e implantação de políticas, programas e ações pelo Poder Público Municipal, e dá outras providências;
 - Lei Municipal nº 16.137, de 16 de março de 2015, que permite a delegação de competência para autorização de manejo e dá providências correlatas;
 - Lei Municipal nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências.
- PL 50/2022 2022 Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo instituir a Renda Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Eventos Hidrológicos Extremos no Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 143/2022 2022 Institui o Auxílio Emergencial para famílias vítimas de fortes chuvas ou ventos, deslizamentos, soterramentos, inundações, desabamentos, incêndios, enxurradas, alagamentos e outros eventos climáticos extremos na Cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 96/2023 2023 Institui Plano Municipal de Informações e Monitoramento de Catástrofes Climáticas.

PL 98/2024 2024 Dispõe sobre a criação de um Programa de Arborização Urbana Eficiente na Cidade de São Paulo, para o cuidado das árvores, e fixa outras providências.

PL 396/2024 2024 Altera a redação do art. 14 da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana.

PL 379/2024 2024 Autoriza a concessão de isenção de impostos e taxas municipais para as situações que especifica.

PL 640/2024 2024 Dispõe sobre a obrigatoriedade do Chefe do Poder Executivo Municipal adotar medidas preventivas e informar a população sobre o Plano de Ação para o período de chuvas e combate às enchentes na Cidade de São Paulo.

PL 689/2024 2024 Veda a utilização de contrapartidas, obrigações e compensações nas áreas de parques e praças municipais e dá outras providências.

PL 691/2024 2024 Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas nas escolas públicas municipais em casos de condições climáticas extremas.

PL 710/2024 2024 Autoriza a criação do Fundo Municipal de Perdas e Danos para Pessoas Atingidas por Eventos Climáticos Extremos.

PL 103/2025 2025 Institui o Programa de Auxílio Calamidade Climática da Cidade de São Paulo.

PL 112/2025 2025 Altera o art. 43 da Lei nº 17.719/2021, referente ao Cartão Emergencial em situações de desastre, calamidade pública e emergência climática.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 140/2025 2025 Dispõe sobre as bases para elaboração da Política Municipal de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental.

PL 176/2025 2025 Dispõe sobre o Plano Municipal da Arborização Viária de São Paulo.

PL 197/2025 2025 Institui medidas emergenciais e permanentes para o enfrentamento de alagamentos, inundações e danos causados por chuvas intensas.

PL 210/2025 2025 Institui o Plano Emergencial de Adaptação Climática nos CEIs, EMEIs, EMEFs, EMIs e CEUs do Município de São Paulo.

PL 224/2025 2025 Dispõe sobre as bases para elaboração da Política Municipal de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental.

PL 338/2025 2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de plantio e conservação de, no mínimo, uma árvore nativa em frente a cada imóvel público municipal.

PL 378/2025 2025 Dispõe sobre a autorização de criação do Programa Vagas Verdes nas vias do Município de São Paulo.

PL 666/2025 2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação semestral de mapas de calor urbano da Cidade de São Paulo.

PL 887/2025 2025 Institui o Plano Municipal de Justiça Climática e de Cidade Verde do Município de São Paulo.

PL 975/2025 2025 Altera a Lei nº 16.050/2014 para incluir ações de adaptação climática entre as destinações prioritárias do FUNDURB.

PL 983/2025 2025 Altera a Lei nº 14.488/2007 para incluir ações de adaptação climática entre as aplicações do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT.

PL 1014/2025 2025 Dispõe sobre a regulamentação dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA) no Município de São Paulo.

PL 1022/2025 2025 Dispõe sobre a regulamentação dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA) no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1189/2025 2025 Institui o Plano Municipal de Erradicação e Substituição da Planta Exótica Leucena (*Leucaena leucocephala*).

PL 1268/2025 2025 Institui o Dia Municipal para a Ação Climática.

PL 1269/2025 2025 Dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres.

PL 1270/2025 2025 Institui a Política Municipal de Comunicação de Riscos e Prevenção de Desastres no Ambiente Escolar.

PL 1275/2025 2025 Altera a Lei nº 14.485/2007 para incluir o Dia Municipal para a Ação Climática, a ser realizado em 27 de abril.

PL 1277/2025 2025 Institui o Dia Municipal para a Ação Climática.

PL 1346/2025 2025 Dispõe sobre a instituição do Programa de Microflorestas Urbanas Comunitárias no Município de São Paulo.

PL 1422/2025 Altera a Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009, para instituir o "Orçamento Sensível ao Clima da Cidade de São Paulo", como instrumento transversal do orçamento público destinado ao planejamento, classificação, ordenação, empenho, execução, avaliação e transparência das despesas de acordo com seu impacto no enfrentamento da emergência climática e do racismo ambiental, na redução das emissões de gases de efeito estufa e iniciativas de mitigação e adaptação climática.

PL 1507/2025 2025 Dispõe sobre a proibição do plantio de espécies vegetais tóxicas para animais em áreas públicas municipais.

PL 1538/2025 2025 Institui o Programa "Telhado Vivo Paulistano", que cria a Rede Municipal de Coberturas Verdes Comunitárias.

PL 1562/2025 2025 Dispõe sobre critérios de equivalência ecológica e hierarquia de compensação arbórea no Município de São Paulo, alterando a Lei nº 17.794/2022.

PL 115/2026 2026 Cria o "Compensômetro", portal de transparência acerca da compensação ambiental no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 25 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068